

Senhor Presidente, Luís Ernesto Carles

Senhor Diretor Geral, Guy Ryder

Senhoras e Senhores Delegados, em particular da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Começo por saudar todos os que participam na 106.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho, sede internacional do tripartismo e expoente do diálogo social.

Saudar em particular o relatório do Senhor Diretor Geral sobre o trabalho e as mudanças climáticas. A Iniciativa Verde do Centenário é inteiramente coerente com o relatório do ano passado e com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, fundamentando a rejeição explícita de uma contradição entre o crescimento económico, o trabalho digno e a sustentabilidade ambiental.

De facto, esta é a questão fundamental: como conciliar estes imperativos e posicionar o trabalho digno tanto como um meio, como um fim do desenvolvimento sustentável.

As políticas sociais que Portugal defende e implementa procuram uma transição justa para economias e sociedades sustentáveis, ancoradas no diálogo social e no intransigente respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

A articulação entre políticas macroeconómicas e de proteção social, medidas de promoção do emprego e de qualificação das pessoas, o

diálogo social e o tripartismo, são os alicerces primordiais num mundo do trabalho em rápida transformação.

Nas últimas décadas, em todo o mundo, as exigências da globalização e as pressões para o crescimento económico, associadas a um progresso tecnológico acelerado, implicaram mudanças profundas nas lógicas produtivas e organizacionais. E levantam desafios complexos para o mundo do trabalho.

As pressões para a competitividade e inovação, a polarização do emprego e o crescimento acentuado das formas atípicas de trabalho traduzem-se num risco acrescido de instabilidade e insegurança laboral.

Tudo isto num quadro de crescente incerteza: a automatização do trabalho, a digitalização da economia e a expansão das chamadas plataformas colaborativas levantam questões complexas do ponto de vista do valor e da dignidade do trabalho humano. Com implicações em todos os pontos do globo.

É por isso que há responsabilidades que não podem ser apenas dos próprios trabalhadores mas também partilhadas pelos empregadores e pelos Estados: em matéria de formação profissional, segurança social e segurança e saúde no trabalho. Quando cresce o risco de fragmentação da força de trabalho e de a individualização das relações laborais, é fundamental reafirmar o valor da negociação coletiva e do diálogo entre trabalhadores e empregadores.

Não é por acaso que o diálogo social e o tripartismo estão no coração da agenda da OIT para o trabalho digno: a negociação coletiva é a base de um mundo laboral equilibrado e da capacidade para enfrentar o futuro do trabalho num quadro de desenvolvimento sustentável – social e

ambiental. A nossa capacidade para traduzir desenvolvimento económico em progresso social, para alcançar consensos alargados sobre políticas nacionais e internacionais e para promover uma regulação laboral eficiente em cada país, em cada setor, em cada empresa, depende de um diálogo social forte e permanente e do dinamismo da negociação coletiva.

Mas o futuro do trabalho depende também da nossa capacidade para garantir que a qualificação, quer de jovens quer de adultos, continua a ser o principal fator de competitividade e inclusão a nível global. E isso implica esforço e implica investimento. E implica bons diagnósticos e planos de ação, com sinalização dos setores em expansão, construindo bases sustentáveis para o trabalho do futuro.

Mas esta tarefa é cada vez mais complexa. É cada vez mais difícil fazer previsões sobre as tendências futuras do mercado de trabalho. A única certeza que podemos ter é a de que a incerteza dessas previsões é elevada. Mas não podemos deixar que a incerteza nos leve à inércia. Precisamos de responder estrategicamente e coletivamente aos desafios do futuro, sobretudo quando estão em causa valores tão fundamentais como a dignidade do trabalho humano.

O futuro do trabalho depende, sobretudo, de um diálogo permanente e profícuo entre Trabalhadores, Empregadores e Governos, nesta que é a sede dos valores mais fundamentais do mundo do trabalho e em cada um dos nossos países.

Obrigado.